

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.975 - TO (2019/0299704-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : JOAO ADOLFO BARBI
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão que rejeitou os embargos e, de ofício, decretou a prescrição, assim ementado:

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO CONDENATÓRIO RECORRÍVEL. CAUSA DE INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. ENTENDIMENTOS STF E STJ. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. OCORRÊNCIA.

1 Não se conhece de embargos de declaração opostos sem que qualquer das hipóteses do art. 619 do Código de Processo Penal esteja presente.

2. Em tese, não deveria haver o reconhecimento, por parte deste Juízo, da prescrição da pretensão punitiva, porque, com o julgamento do recurso de apelação, encerrou-se a jurisdição da Turma. Tal pedido deve ser dirigido ao Juízo da execução, após o trânsito em julgado para a acusação, pois antes disso ainda cabe recurso para as instâncias extraordinárias, objetivando sua majoração.

3. Por outro lado, de acordo com o art. 61 do Código de Processo Penal, em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício.

4. A Primeira Turma do STF entende, à unanimidade, que: "Quer após a Lei nº 11.596/2007, quer antes dela, o acórdão de mérito alusivo à apelação surge como fator interruptivo da prescrição".

No entanto, a posição majoritária, ou seja, da Segunda Turma do STF e da 3ª Seção do STJ (5ª e 6ª Turmas), continua sendo no sentido de que: "O acórdão que apenas confirma a sentença de primeiro grau, sem decretar nova condenação por crime diverso, não configura marco interruptivo da prescrição, ainda que haja reforma considerável na dosimetria da pena" (precedentes).

5. Até que haja - se houver - evolução doutrinária e jurisprudencial a respeito da matéria, nos termos do entendimento da 1ª Turma do STF, mantenho-me alinhado à posição majoritária da 3ª Seção do STJ e 2ª Turma do STF.

6. A pena em concreto foi alcançada pela prescrição da pretensão punitiva, pois, não sendo o acórdão marco interruptivo, transcorreu o lapso temporal de 04 anos entre a data de publicação da sentença e os dias atuais.

4. Embargos de declaração rejeitados. Prescrição declarada, de ofício.

Sustenta a defesa violação do art. 117, IV, do Código Penal.

Aduz não ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, porquanto não decorrido o prazo prescricional entre os marcos interruptivos.

Requer o provimento do recurso, a fim de que seja afastada a extinção da punibilidade.

Contra-arrazado e admitido na origem, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

O Tribunal de origem, durante o julgamento dos embargos de declaração, decretou, de ofício, a extinção da punibilidade pela superveniência da prescrição, com base nos seguintes argumentos (fls. 380/382):

Por outro lado, de acordo com o art. 61 do Código de Processo Penal, em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício. Portanto, passo à análise da prescrição.

O embargante foi condenado a uma pena definitiva de 02 (dois) anos de reclusão, cujo prazo prescricional é de 04 (quatro) anos, consoante o art. 109, V, do Código Penal. Com fulcro em precedentes deste Colegiado e do STF, a defesa entende que o acórdão confirmatório da condenação não constitui novo marco interruptivo prescricional.

De fato, embora a Primeira Turma do STF tenha mudado essa orientação no HC 138.088/RJ, rel. para o acórdão o Ministro Alexandre de Moraes, julgado em 10/09/17 e publicado em 27/11/17, a posição majoritária, ou seja, da Segunda Turma do STF e da 3a Seção do STJ, continua sendo no sentido de que o acórdão que apenas confirma sentença condenatória não interrompe a prescrição. Veja-se:

[...]

Portanto, até que haja - se houver - evolução doutrinária e jurisprudencial a respeito da matéria, nos termos do entendimento da 1a Turma do STF, mantenho-me alinhado à posição majoritária da 3a Seção do STJ e 2a Turma do STF.

Assim, tendo em vista a manutenção, pela Terceira Turma, do decreto condenatório e o quantum aplicado, e à míngua de recurso da acusação, iniciou-se a contagem do prazo prescricional em 09/02/2015, data da publicação da sentença.

Ainda que o acórdão tenha sido publicado em 01/02/2019 (fl. 234), não sendo causa interruptiva da prescrição, transcorreu o lapso temporal de mais de 04 (quatro) anos entre a data da sentença e os dias atuais.

Ante o exposto, rejeito os embargos declaratórios, e, de ofício, declaro a prescrição.

Ressalte-se que, de acordo com a jurisprudência desta Corte, o acórdão confirmatório da condenação não acarreta a interrupção do prazo prescricional. A propósito:

PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO

ESPECIAL. ESTELIONATO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. NATUREZA DECLARATÓRIA. CAUSA INTERRUPTIVA. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. O acórdão está devidamente fundamentado e não incorreu em omissão, contradição ou obscuridade. O embargante pretende rediscutir o tema julgado pelo agravo, finalidade a que não se destinam os embargos de declaração.

2. O acórdão que apenas confirma a sentença de primeiro grau, sem decretar nova condenação por crime diverso, não configura marco interruptivo da prescrição, ainda que haja reforma considerável na dosimetria da pena. Precedente.

3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1629674/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 12/06/2018.)

No caso, o agravante foi condenado à pena definitiva em 2 anos de reclusão, sendo que, nos termos do art. 109, V, do CP, prescreve em 4 anos a pretensão punitiva estatal.

Considerando que a publicação da sentença condenatória em 9/2/2015 (fl. 382) e até a presente data houve o transcurso do lapso temporal de 4 anos, fica configurada a prescrição pela pena em concreto.

Incide, pois, a Súmula 83/STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator